



AUDITORES E CONSULTORES

RA-028-2026

Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de
dezembro de 2025 e de 2024 e o relatório dos auditores
independentes



AUDITORES E CONSULTORES

UP AUDITORES
INDEPENDENTES
www.upauditores.com.br

Rua: José Bianchi, n° 555
Sala 716 – 24° Andar
Edifício New Office
CEP 140946-730
Ribeirão Preto - SP
(16) 3289-5552
auditoria@upauditores.com.br

RA-028-2026

Ribeirão Preto SP, 26 de março de 2026.

A
Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim
Uberaba MG

Atenção da Diretoria

Prezados Senhores:

Encaminhamos-lhes as demonstrações financeiras da **Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim**, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Atenciosamente,

UP Auditores Independentes Ltda.

Eder Douglas Silva Alves
Sócio Diretor

Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e o relatório dos auditores independentes

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	11
1 Contexto operacional.....	11
2 Base de preparação das demonstrações financeiras.....	12
3 Principais políticas contábeis.....	13
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	18
5 Contas a receber de associados.....	19
6 Estoques.....	19
7 Impostos a recuperar.....	20
8 Outros créditos.....	20
9 Imobilizado.....	21
10 Empréstimos e financiamentos.....	23
11 Fornecedores.....	24
12 Obrigações com cooperados.....	24
13 Outras obrigações.....	25
14 Passivos contingentes.....	25
15 Patrimônio líquido.....	25
16 Partes relacionadas.....	26
17 Ingresso operacional líquido.....	27
18 Resultado financeiro.....	27
19 Imposto de renda e contribuição social.....	27
20 Instrumentos financeiros.....	28
21 Gerenciamento de riscos.....	29
22 Cobertura de seguros.....	30
23 Custódia de produção agrícola armazenada.....	31
24 Demonstração de sobras ou perdas de atos cooperativos e não cooperativos.....	32



**AUDITORES
INDEPENDENTES**

www.upauditores.com.br

Rua. José Bianchi n° 555
Sala 2403 – 24° Andar
Edifício New Office
CEP 14096-730
Ribeirão Preto - SP
(16) 99182-9265

auditoria@upauditores.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e cooperados da
Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim
Uberaba MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1).

Base para opinião com ressalva

Inventário físico do estoque de matéria prima Fábrica de Ração

A Cooperativa não realizou inventário dos estoques de matéria prima da Fábrica de Ração no exercício de 31 de dezembro de 2025, porém existe um saldo pendente de ajuste do inventário realizado no encerramento do exercício de 2023, o qual não foi ajustado o montante negativo de R\$ 1.440 milhões. A falta desse ajuste afeta a apuração do custo médio causando distorção em sua apuração, portanto, o ativo fica supervalorizado e o custo subvalorizado causando um desequilíbrio que por consequência, não nós permitimos concluir, e não concluímos sobre os reflexos no resultado do exercício, custos e patrimônio líquido.

Inventário físico do estoque de Grãos próprio e terceiros

A Cooperativa não realizou inventário físico dos seus estoques de grãos próprio e terceiros, por consequência não pudemos concluir e não concluímos sobre os reflexos no resultado do exercício, custos e patrimônio líquido.

Processo de recuperação de crédito Sistema S

O STF e STJ consolidaram que as contribuições ao Sistema S e outras entidades para fiscais não estão limitadas ao teto de 20 salários-mínimos, entendimento fixado em recursos repetitivos pelo STJ no tema 1390. Essa decisão obriga as empresas a calcularem as contribuições sobre a totalidade da folha de pagamento. Portanto, em decorrência dessa decisão encontra-se vedado a possibilidade de recuperar de forma administrativa o montante de R\$ 2.285.136. Sendo o fato da manutenção desse valor no ativo circulante não nos permite concluir e não concluímos sobre os reflexos no resultado do exercício, custos e patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Continuidade Operacional

Chamamos a atenção para o fato de que a Cooperativa vem apresentando perdas recorrentes em suas operações, evidenciadas pelo saldo de prejuízos acumulados de R\$ 10.796.690 em 31 de dezembro de 2025, em comparação a R\$ 3.921.555 em 31 de dezembro de 2024. Em decorrência desses resultados, a reserva legal encontra-se com saldo diminuído em R\$ 8.358.430, permanecendo um saldo para cobrir prejuízos futuros no montante de R\$ 1.584.858, além de ser observado um excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 15.837.730, indicando pressão relevante sobre a liquidez de curto prazo. Adicionalmente, a Cooperativa demonstra fragilidade na geração de caixa operacional, tendo apresentado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, um EBITDA negativo de R\$ 3.655.430. Esse conjunto de fatores evidencia um cenário de deterioração financeira, demandando atenção quanto à capacidade de continuidade operacional e à necessidade de adoção de medidas para reequilíbrio econômico-financeiro.

Outros assuntos

Eventos subsequentes

Sinistro Silo Pulmão – Fábrica de Ração

Conforme apurado, ocorreu um sinistro no silo pulmão da fábrica de ração em xx/xx/2026, que resultou em danos materiais estimados em R\$ 500.000,00, bem como na perda de estoques de milho em grãos (matéria-prima) no montante aproximado de R\$ 80.000,00. O evento foi submetido à análise técnica da seguradora em 16/02/2026, cujo parecer concluiu pelo indeferimento da cobertura securitária. De acordo com informações prestadas pela alta administração, a Cooperativa não concorda com o posicionamento da seguradora e pretende adotar as medidas judiciais cabíveis, visando o reconhecimento do direito à indenização securitária.

Valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por nós auditado (UP Auditores Independentes), cujo relatório, datado de 20 de março de 2025, continha modificações, ou seja, ressalva de divergências no ativo imobilizado entre relatório de controle de bens patrimoniais e rubricas registradas na contabilidade e faturamento antecipado (falta de relatório suporte).

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente nas circunstâncias referente a informações financeiras relevantes das entidades ou atividades de negócio da Cooperativa para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. A responsabilidade pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras é da administração.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 20 de março de 2025.

UP Auditores Independentes
CRC 2SP043578/O-0 "S" "MG"



Eder Douglas Silva Alves
CRC 1SP291069/O-0 "S" "MG"
CVM nº 13.250

Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>		<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.041.998	2.736.776	Empréstimos e financiamentos	10	17.394.767	24.475.949
Contas a receber	5	22.650.604	16.937.753	Fornecedores	11	21.559.357	11.438.920
Estoques	6	32.084.147	22.363.053	Obrigações com cooperados	12	12.972.612	4.450.667
Impostos e contribuições a recuperar	7	6.653.756	5.622.370	Impostos e contribuições a recolher		1.895.385	576.283
Despesas antecipadas		279.579	257.339	Provisão para férias e encargos		1.080.984	1.090.537
Outros créditos	8	620.701	821.854	Capital a restituir		322.337	188.647
				Outras obrigações	13	158.563	158.781
Total do ativo circulante		<u>64.330.786</u>	<u>48.739.145</u>	Total do passivo circulante		<u>55.384.005</u>	<u>42.379.784</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos		22.499.303	11.655.658
Contas a receber		59	59	Tributos diferidos		1.772.399	1.772.399
Depósitos judiciais		8.192	5.390				
Investimentos		818.199	482.397	Total do passivo não circulante		<u>24.271.702</u>	<u>13.428.057</u>
Imobilizado	9	43.951.363	44.529.824				
Intangível		69.300	69.300	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		<u>44.847.112</u>	<u>45.086.970</u>	Capital social		730.501	715.107
				Reserva de Incentivos fiscais		1.944.763	1.944.763
				Reserva de incentivos fiscais - Doações		160.554	160.554
				Reserva de reavaliação		25.101.516	25.254.562
				Reserva legal		9.943.288	12.166.464
				Perda/Sobras à disposição da AGO		(8.358.431)	(2.223.176)
				Total do patrimônio líquido	15	<u>29.522.192</u>	<u>38.018.274</u>
Total do ativo		<u>109.177.898</u>	<u>93.826.115</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>109.177.898</u>	<u>93.826.115</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

	Nota	2025	2024
Ingresso operacional líquido	17	137.226.065	105.574.575
Dispêndios com produtos e mercadorias vendidas e serviços prestados		(115.699.536)	(79.024.618)
Sobra bruta		21.526.529	26.549.957
Despesa com pessoal		(11.501.910)	(12.392.674)
Dispêndios gerais e administrativos		(11.830.720)	(13.201.224)
Outros (dispêndios) ingressos operacionais		(1.202.129)	(743.119)
		(24.534.760)	(26.337.017)
Sobra antes do resultado financeiro		(3.008.231)	212.940
Ingressos financeiros	18	520.788	1.062.899
Dispêndios financeiros	18	(6.024.032)	(5.197.394)
Sobra antes da tributação		(8.511.476)	(3.921.555)
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda		-	-
Contribuição social		-	-
		-	-
Sobra líquida do exercício		(8.511.476)	(3.921.555)
Reserva legal 35%		-	-
Rates 10%		-	-
Constituição da reserva de subvenção p/ investimento "Doações"		-	-
Constituição da reserva de subvenção p/ investimento "Fiscais"		-	-
Realização do fundo de expansão		-	-
Absorção de perdas com atos Cooperados pela Reserva Legal		-	-
Transferência do resultado com não associados para a Rates		-	-
Realização da reserva de reavaliação		153.046	459.138
Utilização do Rates		-	1.239.241
Perda/Sobras à disposição da AGO		(8.358.430)	(2.223.176)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Perda/Sobra líquida do exercício	<u>(8.511.476)</u>	<u>(3.921.555)</u>
Utilização da Rates	-	1.239.242
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(8.511.476)</u></u>	<u><u>(2.682.313)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

	Capital Social	Reserva de incentivos fiscais "Doações"	Reserva de Incentivos Fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	715.107	160.554	1.944.763	25.254.562	12.166.464	(2.223.176)	38.018.274
Baixa das perdas conforme AGO (Março de 2025)	-	-	-	-	(2.223.176)	2.223.176	-
Aumento de capital por admissão de cooperados	20.580	-	-	-	-	-	20.580
Baixas de capital por saída de cooperados	(5.186)	-	-	-	-	-	(5.186)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial – AAP	-	-	-	(153.046)	-	153.046	-
Perda líquida do exercício	-	-	-	-	-	(8.511.476)	(8.511.476)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	730.501	160.554	1.944.763	25.101.516	9.943.288	(8.358.431)	29.522.192

	Capital Social	Reserva de incentivos fiscais "Doações"	Reserva de Incentivos Fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Rates	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	687.270	160.554	1.944.763	25.713.700	11.976.006	1.239.241	190.458	41.911.992
Aumento de capital conforme AGO (Março de 2023)	-	-	-	-	190.458	-	(190.458)	-
Aumento de capital por admissão de cooperados	29.820	-	-	-	-	-	-	29.820
Baixas de capital por saída de cooperados	(1.983)	-	-	-	-	-	-	(1.983)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial – AAP	-	-	-	(459.138)	-	-	459.138	-
Perda líquida do exercício	-	-	-	-	-	-	(3.921.555)	(3.921.555)
Utilização do Rates	-	-	-	-	-	(1.239.241)	1.239.241	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	715.107	160.554	1.944.763	25.254.562	12.166.464	-	(2.223.176)	38.018.274

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em reais

	<u>2.025</u>	<u>2.024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	(8.511.476)	(3.921.555)
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	1.002.295	1.185.842
Valor residual das baixas do imobilizado	4.790.730	2.921
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber	(5.712.851)	5.741.502
Estoques	(9.721.094)	12.519.320
Impostos e contribuições a recuperar	(1.031.386)	308.028
Outros ativos circulantes e não circulantes	(159.691)	(18.053)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	10.120.437	(4.588.496)
Obrigações com cooperados	8.521.945	(9.144.609)
Impostos e contribuições a recolher	1.319.102	29.394
Provisão para férias e encargos	(9.553)	(123.468)
Outros passivos circulantes e não circulantes	133.471	(53.159)
Recursos líquidos provenientes das operações	<u>741.928</u>	<u>1.937.667</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado e do intangível	(5.214.564)	(1.890.373)
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	<u>(5.214.564)</u>	<u>(1.890.373)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Variação dos empréstimos e financiamentos	3.762.463	(5.729.067)
Integralizações de capital	20.580	29.820
Baixas de capital por saída de cooperados	(5.186)	(1.983)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	<u>3.777.857</u>	<u>(5.701.230)</u>
Aumento/Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	<u>(694.779)</u>	<u>(5.653.936)</u>
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.041.998	2.736.776
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.736.776	8.390.711
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(694.778)</u>	<u>(5.653.935)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim, sediada em Uberaba MG, que contava com 6.313 cooperados no fim de 2025 e 6.209 em 2024, tem por objetivo com base na colaboração recíproca a que se obriga seus associados, objetiva promover: o estímulo, o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades sociais e econômicas de natureza comum; a venda em comum, da produção agropecuária de seus associados, nos mercados local, nacional e internacional; a locação de bens moveis e imóveis de propriedade da Cooperativa.

1.1. Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que institui a primeira fase de regulamentação da Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil.

O Novo modelo tributário está estruturado com base em um imposto sobre Valor Agregado (IVA dual), composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência Federal e, pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência subnacional, os quais substituirão gradualmente o PIS, a COFINS, o ICMS e o ISS. Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência Federal, incidente sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos da legislação complementar aplicável.

A reforma prevê um período de transição a partir de 2026, durante o qual os tributos atuais e os novos tributos coexistirão. A partir desse exercício, inicia-se a fase operacional experimental, com a implementação da CBS e do IBS mediante a aplicação de alíquotas de testes de 0,90% (CBS) e 0,10% (IBS), sem substituição imediata dos tributos vigentes.

Nesse contexto, as entidades passam a cumprir obrigações acessórias específicas, incluindo a escrituração segregada das operações, o destaque da CBS e do IBS nos documentos fiscais eletrônicos e o envio das informações aos sistemas fiscais competentes, com o objetivo de viabilizar testes operacionais, adequações sistêmicas e validação dos procedimentos de apuração e controle dos novos tributos.

Os efeitos e impactos da reforma tributária não estão refletidos nas Demonstrações Financeiras da Cooperativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e nem querem ajustes de reconhecimento, mensuração ou divulgação, uma vez que os impactos financeiros e operacionais somente poderão ser adequadamente mensurados à medida que o processo de regulamentação for concluído e a transição avance a partir de 2026.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

a **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971 e NBCT 10.8 – IT – 01 – Entidades Cooperativas.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 08 de março de 2024.

b **Mensuração de valor**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma em respectiva nota explicativa.

c **Moeda de apresentação e moeda funcional**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

d **Aplicação de julgamento e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras**

As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Cooperativa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

d.1 **Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa - *impairment***

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada mediante a análise individual dos títulos em atraso ou com expectativa de inadimplência, passando por uma avaliação sobre a natureza do título, a existência e suficiência de garantias reais, históricos e outras características.

d.2 Provisão para *impairment* de tributos a recuperar (PIS e COFINS)

A provisão para *impairment* de determinados tributos a recuperar (PIS e COFINS) é calculada mediante a análise das atuais perspectivas de realização, passando por uma avaliação sobre a natureza dos créditos, canais de recuperação, cenário das atividades no atual ambiente tributário e histórico dessas operações.

d.3 Revisão da vida útil e valor recuperável do ativo imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Cooperativa é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

d.4 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

A Cooperativa reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de tributos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

d.5 Provisão para contingências

A Cooperativa é parte envolvida em processos cíveis, tributários e trabalhistas que se encontram em instâncias diversas. Quando necessário são constituídas provisões para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. As demandas com risco de perda classificado como provável são contabilizadas, as demandas com risco de perda possível são divulgadas em nota explicativa e as demandas com risco de perda remota não são divulgadas, conforme norma contábil específica.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Cooperativa, nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a Instrumentos financeiros

A Cooperativa classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da Cooperativa e por atender as condições da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, portanto, são ativos financeiros básicos: i) caixa e equivalentes de caixa; ii) contas a receber; eiii) outros créditos.

Os passivos financeiros básicos são: i) fornecedores; ii) empréstimos e financiamentos; iii) obrigações com cooperados; iv) capital a restituir; e v) outras obrigações.

Os ativos e passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado.

A Cooperativa reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Cooperativa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Cooperativa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Cooperativa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou as informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

c Contas a receber

As contas a receber, tanto de terceiros como de cooperados, correspondem aos valores a receber pela venda de produtos, mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Cooperativa. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) e ajuste a valor presente, quando aplicável. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment* e ajuste a valor presente, se necessário.

d Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque “custo médio ponderado” e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, embalagens, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Cooperativa.

e Investimentos

Representados por participações societárias no sistema cooperativista avaliadas pelo custo de aquisição e ajustados ao valor justo, que corresponde a efetiva participação da Cooperativa no capital social das investidas.

f Imobilizado

f.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e ajustado por reavaliação de ativos para os bens das contas de terrenos, edificações e veículos, com base em laudo de peritos independentes, e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas (despesas) no resultado.

f.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

f.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g Intangível

Ativos intangíveis consistem em marcas e patentes e softwares adquiridos separadamente, reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada de cinco anos, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

h Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação) e subsequencialmente demonstrados pelo custo amortizado.

Todos os custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, em despesas financeiras, em que são incorridos.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido.

Os empréstimos e financiamentos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante.

i Fornecedores e obrigações com cooperados

As contas a pagar aos fornecedores e aos cooperados são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e,

subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

j Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e quando o valor possa ser estimado com segurança.

k Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

l Reconhecimento de ingressos ou receitas

O ingresso/receita compreende o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos, mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Cooperativa. O ingresso/ receita é apresentado líquido dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

l.1 Venda de produtos

A Cooperativa reconhece o ingresso/receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada a propriedade desta, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Cooperativa, os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Cooperativa.

l.2 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

m Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social dos exercícios compreendem os tributos correntes. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Cooperativa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

n Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

o Capital social

As cotas do capital social de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido. No caso de demissão, eliminação ou exclusão, os cooperados tem seu capital social devolvido conforme o Estatuto Social e a legislação cooperativista.

p Reserva de reavaliação

A realização da reserva de reavaliação (basicamente depreciação do ativo não circulante imobilizado) está sendo registrada diretamente na sobra à disposição da AGO, no patrimônio líquido.

q Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa	148.550	251.253
Bancos conta movimento	1.126.557	1.963.817
Aplicações financeiras de liquidez	766.891	521.706
	<u>2.041.998</u>	<u>2.736.776</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Cooperativa. Em "Aplicações financeiras" estão registrados os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados com base em percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), considerando o valor, o prazo e a época da aplicação. As aplicações financeiras são

realizadas em instituições financeiras de primeira linha no intuito de manter o poder aquisitivo da moeda corrente e gerar rendimentos seguros para a manutenção das operações da Cooperativa, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

5 Contas a receber de associados

a Composição do saldo

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Circulante		
Notas promissórias rurais – NPR	2.433.448	2.333.826
Duplicatas a receber	20.347.182	14.376.488
Cheques a receber	1.715.543	1.988.873
Cartões de crédito	1.305.537	1.340.341
Convênios	47.221	96.551
	<u>25.848.930</u>	<u>20.136.079</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)	<u>(3.198.326)</u>	<u>(3.198.326)</u>
	<u>22.650.604</u>	<u>16.937.753</u>

- (i) As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram calculadas com base na análise de risco dos créditos, que contempla a situação individual dos cooperados e clientes, verificadas as garantias reais que suportam tais créditos e a avaliação do comitê de crédito da Cooperativa e dos consultores jurídicos. As estimativas de perdas calculadas pela alta administração da Cooperativa são consideradas suficientes para cobrir eventuais inadimplências de contas a receber.

6 Estoques

<i>De mercadorias</i>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Próprio (i)	18.528.157	15.529.933
Terceiros	227.555	742.043
Provisão por obsolescência	-	-
	<u>18.755.712</u>	<u>16.271.976</u>
<i>De grãos</i>		
<i>Milho</i>		
Terceiros (ii)	5.695.554	4.904.109
	<u>5.695.554</u>	<u>4.904.109</u>
<i>Soja</i>		
Próprio	380.530	374.643
Terceiros (ii)	5.421.228	735.515
	<u>5.801.758</u>	<u>1.110.158</u>
Sorgo terceiros	1.831.124	76.810
	<u>32.084.147</u>	<u>22.363.053</u>

A composição do estoque encontra-se representado substancialmente por defensivos agrícolas.

Conforme determina a NBC ITG 2004 – Entidade Cooperativa, a Cooperativa passou a registrar contabilmente os estoques recebidos de seus cooperados para depósito (apenas com a finalidade demonstrativa no ativo e no passivo das demonstrações financeiras)

- (i) A composição do estoque encontra-se representado substancialmente por defensivos agrícolas.
- (ii) Referente a estoque de commodities recebidos de cooperados para depósito e que ainda não foram adquiridos pela cooperativa, estando em contrapartida o passivo circulante. Os estoques e a correspondente contas a pagar, são mensurados com base na melhor estimativa de mercado na data da apresentação das demonstrações financeiras.

A Cooperativa é responsável pela salvaguarda dos estoques, sendo os serviços prestados remunerados pela taxa de armazenagem.

7 Impostos a recuperar

	2025	2024
ICMS a recuperar	1.103.317	413.855
IRRF s/Aplicações financeiras	9.984	57.765
PIS não cumulativo	471.756	401.879
COFINS não cumulativo	2.044.593	1.733.331
CSLL a recuperar	2.045	6.615
IRPJ a recuperar	4.855	18.581
ISS a recuperar Associados	430.964	430.964
Processo Sistema S (i)	2.285.136	2.285.136
Outros	301.105	274.244
	<u>6.653.756</u>	<u>5.622.370</u>

- (i) A Cooperativa ingressou com mandado de segurança em 2023, no qual até o encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2025. Porém houve decisão do STF e STJ em relação ao tema e o contribuinte perdeu, ou seja, as contribuições parafiscais devem ser calculadas sobre a folha de pagamento total. Segundo a opinião dos assessores jurídicos existe a probabilidade possível de êxito.

8 Outros créditos

	2025	2024
Adiantamento a fornecedores AF	245.111	198.024
Fat. Antecipado Outros Fornecedores	142.827	532.910
Outros	232.763	90.920
	<u>620.701</u>	<u>821.854</u>

9 Imobilizado

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Depreciação		2025	2024
		Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos		26.240.263	-	26.240.263	26.240.263
Edificações	2%	16.653.919	(1.606.063)	15.047.856	15.072.260
Máquinas e equipamentos	10%	4.393.485	(2.443.180)	1.950.306	2.063.482
Veículos	20%	3.436.141	(2.885.195)	550.946	985.452
Móveis e utensílios	10%	274.619	(181.171)	93.448	106.515
Trator	20%	47.000	(47.000)	-	-
Instalações de escritório	10%	107.361	(49.403)	57.959	49.904
Aparelhos de comunicação	20%	17.280	(6.694)	10.586	11.948
Imobilizado em andamento		-	-	-	-
		51.170.068	(7.218.705)	43.951.363	44.529.824

b Movimentação do custo e reavaliação

	Saldo	Adições	Baixas	Transferência	Saldo
	31/12/2024				2025
Terrenos	26.240.263	-	-	-	26.240.263
Edificações	16.301.235	5.155.725	-	(4.803.041)	16.653.919
Máquinas e equipamentos	4.202.565	190.920	-	-	4.393.485
Veículos	3.585.395	(149.254)	-	-	3.436.141
Móveis e utensílios	273.327	1.292	-	-	274.619
Imobilizado em andamento	-	-	(4.803.041)	4.803.041	-
Trator	47.000	-	-	-	47.000
Instalações de escritório	91.480	15.881	-	-	107.361
Aparelhos de comunicação	17.280	-	-	-	17.280
	50.758.545	5.214.564	(4.803.041)	-	51.170.068

c Movimentação da depreciação acumulada

	Saldo			Saldo
	31/12/2024	Adições	Baixas	2025
Edificações	(1.216.665)	(389.398)	-	(1.606.063)
Máquinas e equipamentos	(2.139.083)	(304.097)	-	(2.443.180)
Veículos	(2.599.943)	(285.252)	-	(2.885.195)
Móveis e utensílios	(166.812)	(14.359)	-	(181.171)
Trator	(47.000)	-	-	(47.000)
Instalações de escritório	(41.576)	(7.827)	-	(49.403)
Aparelhos de comunicação	(5.332)	(1.362)	-	(6.694)
	(6.216.412)	(1.002.294)	-	(7.218.705)

A administração da Cooperativa revisou o valor residual e a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas modificações relevantes nas estimativas anteriores determinadas. A Cooperativa, também, realizou o teste de "impairment" que conclui não haver necessidade construir estimativa de perda para seus ativos.

10 Empréstimos e financiamentos

Circulante

<u>Instituição Financeira</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Encargos</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Banco Bradesco S/A	Industrialização	0,9583% a.m	-	(5.635.952)
Banco Safra S/A	Capital de giro	0,55% a.m + CDI	-	(4.262.666)
Banco Sicoob	Capital de giro	14,0286% a.a.	-	(4.574.290)
Banco do Brasil S/A	Capital de Giro/Industrialização	0,9833% a 1,35% a.m	-	(13.500.818)
Banco Safra SA	Rural Pignoratória	0,65 % A.M.+CDI	(473.963)	-
Banco Bradesco SA	Capital de Giro	22,08%	(4.158.058)	-
Banco Caixa Economica Federal	Aval	13%	(3.955.247)	-
Banco do Brasil	Hipotecária	11,50%	(8.726.732)	-
Banco Sicoob SA	Aval	18,43%	(330.779)	-
Banco Santander SA	Aval	17,80%	(2.190.807)	-
Banco Sicredi	Aval	13%	(1.562.385)	-
Juros a apropriar			4.003.203	3.497.777
			17.394.767	24.475.949

Não Circulante

Banco Sicoob	Capital de giro	14,0286% a.a.	-	(3.667.447)
Banco Bradesco S/A	Industrialização	0,9583% a.m	-	(4.294.181)
Banco do Brasil S/A	Capital de Giro/Industrialização	0,9833% a 1,35% a.m	-	(2.624.484)
Banco Safra S/A	Capital de giro	0,55% a.m + CDI	-	(2.147.463)
Banco Sicoob SA	Aval	18,50%	(13.779.839)	-
Banco do Brasil	Rural Pignoratória	11,50%	(2.624.484)	-
Banco Safra	Rural Pignoratória	10,36%	(4.604.443)	-
Banco Bradesco	Aval	13%	(4.294.181)	-
Juros A Apropriar			2.803.644	1.077.917
			22.499.303	11.655.658
			39.894.070	36.131.607

11 Fornecedores

Descrição	2025	2024
Fornecedor - Administração	99.402	132.371
Fornecedor - Agrônômico AF	2.816.068	2.954.430
Fornecedor - Armazém Graneleiro	13.382.394	4.211.097
Fornecedor - Consignado Agropecuária	705.026	1.098.674
Fornecedor - Consignado Pecuária	1.148.330	1.844.994
Fornecedor - Fábrica de ração	2.007.418	1.049.780
Fornecedor - Pecuária	61.171	73.684
Fornecedor - Transporte	1.339.548	73.890
	21.559.357	11.438.920

Refere-se principalmente aos valores a pagar aos fornecedores de insumos agrícolas (defensivos e fertilizantes) e produtos agropecuários disponibilizados nas lojas para revenda.

A Cooperativa avaliou o ajuste a valor presente do saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2025, e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras.

12 Obrigações com cooperados

	2025	2024
Faturamento antecipado (i)	315.861	1.342.222
Consortio	143.440	192.640
	459.301	1.534.862
Cooperados		
Milho	5.260.959	2.103.480
Soja	7.252.352	812.325
Sorgo	12.513.311	2.915.805
	12.972.612	4.450.667

(i) O relatório apresentado pela administração não contempla todas as informações necessária que permitam nossa conclusão em relação aos saldos apresentados. Portanto, não pudemos concluir e não concluímos sobre os saldos da rubrica faturamento antecipado.

A Cooperativa avaliou o ajuste a valor presente do saldo de obrigações com cooperados em 31 de dezembro de 2025, e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras.

13 Outras obrigações

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
CONTAS A PAGAR - AF	19.533	18.402
ALLIANZ SEGUROS S/A	73.439	70.634
ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A	(2.056)	7.328
ALFA SEGURADORA S.A. - AF	29.788	
EMPRESTIMOS CONSIGNADOS - FUNCION	11.655	24.229
PENSAO ALIMENTICIA	1.825	2.361
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERA	13.225	5.573
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	-	18.899
HDI SEGUROS	11.153	11.355
	<u>158.563</u>	<u>158.781</u>

14 Passivos contingentes

A Cooperativa no desenvolvimento normal de suas operações está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes (em geral cinco anos) para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

A assessoria jurídica e administração da Cooperativa não identificaram eventos passados que caracterizassem por uma contingência ou risco relevantes do qual seja provável ou possível que um recurso econômico seja requerido para provisioná-lo ou liquidá-lo.

15 Patrimônio líquido

a Capital social

O capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados e classificado no patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um só voto, independentemente do número de suas cotas partes.

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 35% para Reserva Legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 10% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e empregados da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação da Cooperativa;

c Perdas/Sobras à disposição da AGO

As Perdas apuradas após a constituição das reservas legais e estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO), porém de acordo com a Lei 5.764/71, as perdas apuradas deverão ser absorvidas pelas Reservas em sua ordem cronológica.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Perda líquida do exercício	(8.511.476)	(3.921.555)
Reserva legal 35%	-	-
Rates 10%	-	-
Constituição da reserva de subvenção p/ investimento "Doações"	-	-
Constituição da reserva de subvenção p/ investimento "Fiscais"	-	-
Realização do fundo de expansão	-	-
Absorção de perdas com atos Cooperados pela Reserva Legal	-	-
Transferência do resultado com não associados para Rates	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	459.138
Utilização do Rates	-	1.239.241
Sobras à disposição da AGO	(8.511.476)	(2.223.176)

As reservas estatutárias não foram constituídas sobre a perda líquida do exercício apurada em cada segmento de negócio da Cooperativa.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971 e o Estatuto Social, as perdas à disposição da AGO podem ser absorvidas pela Reserva Legal e em caso dessa se esgotar utilizar-se o rates.

16 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que tem autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir, controlar e fiscalizar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal), inclusive executivos.

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

a Remuneração dos membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal

A remuneração dos membros da Diretoria Executiva e as cédulas de presença dos membros do Conselho de Administração e ajuda de custo do Conselho Fiscal estão em conformidade com o que foi aprovado pelos cooperados na Assembleia Geral Ordinária – AGO. No exercício de 2025, a remuneração total foi de R\$ 1.362.311 e (R\$ 1.186.999 em 2024).

17 Ingresso operacional líquido

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ingresso operacional bruto		
Vendas de produtos e mercadorias	79.855.595	87.675.950
Prestação de serviços	60.807.008	20.760.672
	<u>140.662.603</u>	<u>108.436.622</u>
Deduções do ingresso bruto		
Impostos incidentes	(3.436.539)	(2.862.047)
	<u>(3.436.539)</u>	<u>(2.862.047)</u>
Ingresso operacional líquido	<u><u>137.226.065</u></u>	<u><u>105.574.575</u></u>

18 Resultado financeiro

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Dispêndios financeiros		
Despesas bancárias	(208.438)	(175.180)
Descontos concedidos	(5.515.000)	(394.625)
Juros de financiamentos	(300.594)	(4.593.679)
Outras despesas financeiras	-	(33.910)
	<u>(6.024.032)</u>	<u>(5.197.394)</u>
Ingressos financeiros		
Juros recebidos	467.522	749.990
Descontos obtidos	20.536	246.917
Rendimentos de aplicações financeiras	32.730	65.992
	<u>520.788</u>	<u>1.062.899</u>
	<u><u>(5.503.245)</u></u>	<u><u>(4.134.495)</u></u>

19 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes de operações com cooperados são isentos destes tributos.

As operações com terceiros são tributadas pelas alíquotas vigentes de acordo com a legislação atual. Em 2025 e 2024 não houve impostos a pagar de IRPJ e CSLL, pois o ato não cooperado (terceiro) apresentou perda.

Considerando a particularidade da Cooperativa que opera parcialmente com não cooperados, a Administração, optou em contabilizar o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, sobre a reserva de reavaliação dos bens no ativo imobilizado.

20 Instrumentos financeiros

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros básicos, como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros créditos, empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações com cooperados, capital a restituir e outras obrigações. A administração dos instrumentos financeiros que a Cooperativa mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Cooperativa não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco nos exercícios. Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Cooperativa.

a Instrumentos financeiros por categoria

	<u>Classificação</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	(i)	2.736.776	2.736.776
Contas a receber	(i)	16.937.753	16.937.753
Outros créditos	(i)	22.363.053	821.854
		<u>42.037.582</u>	<u>20.496.383</u>
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	(ii)	29.050.425	36.131.607
Fornecedores	(ii)	23.331.756	11.438.920
Obrigações com cooperados	(ii)	12.972.612	4.450.667
Capital a restituir	(ii)	1.895.385	188.647
Outras obrigações	(ii)	14.509.041	158.781
		<u>81.759.219</u>	<u>52.368.622</u>

Classificação:

- (i) Em 2025 – Ativos ao custo amortizado / Em 2024 - Empréstimos e recebíveis.
- (ii) Passivos ao custo amortizado.

21 Gerenciamento de riscos

a Fatores de risco financeiro

As atividades da Cooperativa a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de riscos é realizada pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva que analisam estes riscos e definem as principais diretrizes de atuação da Cooperativa.

Nesse contexto, a Cooperativa mantém políticas de gestão de risco global, de risco de taxa de juros, de risco de crédito e para a utilização de instrumentos financeiros, bem como para o investimento de excedentes de caixa. A Cooperativa não transaciona com instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

a.1 Risco de mercado

A Cooperativa compra e vende produtos agrícolas, estando sujeita ao risco de flutuação de preço (Risco de volatilidade do mercado de produtos agrícolas). A administração da Cooperativa acompanha a variação de preços desses produtos, bem como a existência de eventuais "descompassos" entre posições compradas e vendidas desses produtos.

a.2 Risco de crédito

A política de vendas da Cooperativa considera o nível de risco de crédito tolerável no curso de seus negócios decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A diversificação de sua carteira de recebíveis, os procedimentos de avaliação de crédito, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócio e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Com respeito às instituições financeiras, a Cooperativa somente realiza operações com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating.

a.3 Risco de liquidez

É o risco da Cooperativa não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas estratégias para desembolsos e recebimentos futuros (fluxos de caixa), sendo monitoradas periodicamente pela administração. A situação da Cooperativa é alta liquidez nos exercícios apresentados.

b Gestão de capital

Os objetivos da Cooperativa ao administrar seu capital são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade do seu negócio e garantir a liquidez necessária para suas atividades comerciais. Os recursos administrados para os investimentos nos ativos fixos da Cooperativa, requeridos para seu constante crescimento e atualização, são obtidos das sobras retidas e de recursos captados em linhas de financiamento de longo prazo. A manutenção de sua capacidade de liquidez é de fundamental importância, principalmente para as atividades de revenda de produtos.

c Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e das contas a pagar pelo valor contábil, menos eventual perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado.

A Cooperativa aplica os procedimentos do CPC para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Cooperativa mantém apenas instrumentos financeiros classificados no nível 1.

d Análise de sensibilidade – taxa de juros

Considerando que a gestão das exposições às taxas de juros é efetuada com base na operação das ponderações, a Administração entende que, qualquer volatilidade nas taxas, as quais as operações da Cooperativa estão indexadas, não incorreria em impactos significativos em seu resultado, não sendo apresentada uma análise de sensibilidade sobre esse risco.

22 Cobertura de seguros

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

23 Custódia de produção agrícola armazenada

A Cooperativa possuía em seus armazéns produção agrícola de propriedade de cooperados para futura comercialização dos seguintes produtos:

Produtos	2025		2024	
	Quantidade	Valor estimado	Quantidade	Valor estimado
Soja (kg)	4.249.155	5.260.958	976.433	1.969.172
Milho (kg)	3.215.919	5.421.226	2.101.426	2.416.639
Sorgo (kg)	2.424.447	1.819.874	128.859	124.697

24 Demonstração de sobras ou perdas de atos cooperativos e não cooperativos

Atendendo ao disposto no artigo 85, da Lei 5.764/1971 e NBC T 10.8 – IT 01 – Entidades Cooperativas, segue as demonstrações de sobras ou perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 de atos cooperativos e atos não cooperativos. Os critérios e alocações quanto às demonstrações nos atos considerados com terceiros, apresentadas em atendimento à Lei 5.764/1971 não foram base de auditoria específica de nossos auditores.

	2025			2024		
	Associados	Não Associados	Total	Associados	Não Associados	Total
Ingressos	79.855.595	-	79.855.595	87.675.950	-	87.675.950
Venda de mercadorias e serviços	-	60.807.008	60.807.008	-	20.760.672	20.760.672
Deduções	(1.771.808)	(1.664.731)	(3.436.539)	(2.048.012)	(814.035)	(2.862.047)
Ingresso operacional líquido	78.083.787	59.142.278	137.226.065	85.627.938	19.946.637	105.574.575
Dispêndios com produtos e mercadorias vendidas e serviços prestados	(65.683.807)	(50.015.729)	(115.699.536)	(63.895.005)	(15.129.613)	(79.024.618)
Sobra bruta	12.399.980	9.126.549	21.526.529	21.732.933	4.817.024	26.549.957
Despesa com pessoal	(6.529.752)	(4.972.158)	(11.501.910)	(10.020.042)	(2.372.632)	(12.392.674)
Dispêndios gerais e administrativos	(6.716.421)	(5.114.300)	(11.830.720)	(10.673.791)	(2.527.433)	(13.201.224)
Outros (dispêndios) ingressos operacionais	(652.674)	(549.455)	(1.202.129)	(533.400)	(209.719)	(743.119)
	(13.898.847)	(10.635.914)	(24.534.760)	(21.227.233)	(5.109.784)	(26.337.017)
Sobra antes do resultado financeiro	(1.498.866)	(1.509.365)	(3.008.231)	505.701	(292.761)	212.940
Ingressos financeiros	-	520.788	520.788	-	1.062.899	1.062.899
Dispêndios financeiros	(3.419.905)	(2.604.128)	(6.024.032)	(4.202.330)	(995.064)	(5.197.394)
	(4.918.771)	(3.592.705)	(8.511.476)	(3.696.629)	(224.926)	(3.921.555)
Sobra antes da tributação						
Imposto de renda e contribuição social						
Imposto de renda	-	-	-	-	-	-
Contribuição social	-	-	-	-	-	-
	(4.918.771)	(3.592.705)	(8.511.476)	(3.696.629)	(224.926)	(3.921.555)
Sobra líquida do exercício	(4.918.771)	(3.592.705)	(8.511.476)	(3.696.629)	(224.926)	(3.921.555)
Constituição de reservas legais e estatutárias:						
Reserva legal 35%	-	-	-	-	-	-
Rates 10%	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva de subvenção p/ investimento "Doações"	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva de subvenção p/ investimento "Fiscais"	-	-	-	-	-	-
Realização do fundo de expansão	-	-	-	-	-	-
Absorção de perdas com atos Cooperados pela Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Transferência do resultado com não associados para a Rates	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	153.046	-	153.046	459.138	-	459.138
Utilização do Rates	-	-	-	1.239.241	-	1.239.241
Perdas/Sobras à disposição da AGO	(4.765.725)	(3.592.705)	(8.358.430)	(1.998.250)	(224.926)	(2.223.176)

Obs.: A movimentação econômico-financeira decorrente de ato cooperativo é definida contabilmente como ingressos e dispêndios. Aquela originada do ato não cooperativo é definida como receitas, custos e despesas.

Jamin Miguel de Souza
CRC 45980-MG
Contador

Frederico Carlos Rodrigues
Vice-presidente
Diretor Financeiro

Luiz Henrique Borges Fernandes
Presidente

FIM